

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. INTRODUÇÃO

A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados aplica-se à recolha e tratamento de dados pessoais efectuados pela Verlingue - Corretor de Seguros, S.A., no âmbito da sua atividade.

A Verlingue está empenhada em cumprir toda a legislação aplicável em matéria de privacidade e proteção de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD – Regulamento UE 2016/679 de 27 de Abril de 2016).

A Verlingue enquanto corretor de seguros e mediador de resseguro pretende com esta Política de Privacidade e Proteção de Dados dar a conhecer publicamente todas as práticas e mecanismos de tratamento de dados que se propõe cumprir relativamente às pessoas singulares que figurem como, ou sejam candidatos a tomadores de seguros, segurados, pessoas seguras, beneficiários ou, noutra qualquer qualidade, titulares de interesses protegidos por contratos de seguro em fase de execução ou contratação.

2. RESPONSABILIDADE NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A presente política abrange todas as operações de tratamento envolvendo dados pessoais, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação, a alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão a entidades autorizadas, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou destruição.

Todas as informações sobre os dados pessoais tratados pela Verlingue são utilizadas exclusivamente para as finalidades para as quais foram legitimamente recolhidas.

Para garantir a total segurança e privacidade dos dados pessoais tratados, a Verlingue adopta medidas rigorosas de segurança, técnicas e organizativas, de forma a assegurar que os dados disponibilizados estão protegidos contra a

destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado ou contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

Fazem parte dessas medidas, os procedimentos técnicos adequados para lidar com qualquer suspeita de violação de dados, assegurando uma resposta à altura da ameaça.

O acesso aos dados pessoais é restrito aos colaboradores que deles necessitam para efeito de processamento de funções concretas para as quais estão devidamente mandatados e autorizados, presidindo a esta política o princípio da necessidade.

Para atingir este nível de segurança no tratamento da informação, a Verlingue efectua acções de formação e sensibilização junto dos seus colaboradores, havendo um conjunto de regras internas amplamente divulgadas que orientam as pessoas no sentido de proteger a privacidade e confidencialidade dos dados pessoais que os titulares nos confiam.

A conformidade das medidas com os objetivos a atingir é aferida com regularidade através de auditorias, internas ou externas, utilizando as melhores práticas e técnicas disponíveis no mercado.

A confidencialidade, disponibilidade e resiliência dos sistemas de informação estão garantidas mesmo no caso de incidente físico ou técnico, havendo a capacidade de restabelecer o acesso à informação, através de mecanismos de cópia de segurança regulares.

3. QUAIS OS DADOS PESSOAIS TRATADOS

A Verlingue, no desempenho normal da sua atividade de Corretor e Consultor de Seguros recolhe e trata os dados pessoais necessários à execução das tarefas e das funções que se propõe realizar no âmbito da prestação de serviços contratualizada e, para tal, solicita e conta com a autorização e o consentimento dos seus Clientes e potenciais Clientes que os fornecem ou autorizam o acesso.

Também trata os dados pessoais que sejam necessários para o cumprimento de obrigações legais a que esteja sujeita ou para satisfações dos seus próprios interesses legítimos.

Os dados pessoais, usualmente, necessários para tratamento são:

- Dados de identificação relativos a qualquer pessoa que intervenha no contrato de seguro seja na qualidade de tomador, pessoa segura, beneficiário ou lesado, como por exemplo, mas não só: nome, morada, naturalidade, nacionalidade, dados que constam no cartão do cidadão, número de identificação fiscal, contacto telefónico, endereço de correio eletrónico, profissão e outros que se revelem necessários;
- Dados de registo e gestão de sinistros, tais como: certidão de óbito, relatórios médicos, autos de ocorrência de acidentes, comprovativo de IBAN, remuneração auferida, identificação de testemunhas e de uma maneira geral, dados exigidos para o apoio a uma completa e eficaz resolução de sinistros de todos os ramos de seguros vida e não vida;
- Dados de Saúde e hábitos de vida, particularmente os dados biométricos, e eventualmente, histórico de doenças e outros solicitados e necessários à análise do risco pelas seguradoras, nomeadamente, nos ramos Saúde, Vida e Acidentes Pessoais;
- Dados de identificação do objeto seguro, como por exemplo, tipo de veículo, tipo de embarcação, tipo de aeronave, dados de identificação do veículo incluindo o registo de matrícula e, de uma maneira geral, dados necessários à completa identificação do objeto seguro;
- Dados de cobrança onde se inclui dados de identificação bancária tais como IBAN, nome do titular, morada e assinatura.

4. FINALIDADE, LICITUDE E CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais são tratados para as seguintes finalidades assentes em cada caso, nos fundamentos indicados no quadro infra e são conservados pelo tempo estritamente necessário à prossecução das mesmas finalidades, conforme os prazos indicados na mesma tabela:

FINALIDADE	LICITUDE	PRAZO CONSERVAÇÃO
Tratamento necessário para a execução e gestão do contrato de seguro e de prestação de serviços de corretagem de seguros ou para diligências pré-contratuais, com a intervenção do corretor.	Apresentação, proposição, celebração execução do contrato de seguro, diligências pré-contratuais e apoiar a sua gestão, em especial em caso de sinistro, com a intervenção do corretor. Interesse legítimo do responsável pelo tratamento ou por terceiros na identificação, avaliação de riscos, informação, esclarecimento e aconselhamento de soluções e produtos. Consentimento do titular dos dados. Cumprimento de obrigações jurídicas e legais.	Até decurso do prazo legal de prescrição de todas as obrigações emergentes do contrato de seguro e da atividade de corretagem de seguros com o mesmo relacionada.
Prospecção e acção comercial.	Consentimento do titular dos dados. Interesses legítimos de desenvolvimento e crescimento da atividade do responsável pelo tratamento ou por terceiros.	Até ao termo de um ano sobre o final da relação contratual e legal.
Cumprimento de obrigações legais, nomeadamente junto das autoridades, entre outras de supervisão, tributária e fiscal ou judiciais.	Cumprimento de obrigações jurídicas e legais. Interesses legítimos de controlo da atividade do responsável pelo tratamento ou por terceiros. Para declaração, exercício ou defesa de direitos em processo judicial.	Prazo legal aplicável em cada momento para cada obrigação legal e jurídica a cumprir. Até ao decurso do prazo de prescrição ou caducidade para o exercício de direitos.

5. REGIME DO TRATAMENTO

Os dados pessoais recolhidos pela Verlingue são objecto de tratamento lícito, leal e transparente, no integral respeito pelo previsto na legislação, nacional ou europeia, ou em código de conduta que seja aplicável.

Os dados podem ser tratados de modo automatizado.

O tratamento é limitado ao estritamente necessário à prossecução das finalidades que legitimam a sua recolha.

Os dados podem ser transmitidos a terceiros, designadamente parceiros de atividade, seguradores ou resseguradores, autoridades administrativas ou judiciais que tenham direito a solicitar o acesso aos mesmos, bem como em suporte de ação que vise a prossecução de interesse legítimo da Verlingue ou do titular dos dados.

No âmbito do relacionamento com o titular dos dados e na prossecução de um interesse legítimo a Verlingue reserva-se também a faculdade de:

- Tratar os dados pessoais para efeitos de envio ou oferta de serviços ou produtos que comercialize, ainda que extravasem o âmbito da relação contratual vigente ou que tenha existido;
- Transmitir esses dados a empresa do grupo em que se integre, para efeitos do ponto anterior, sob reserva de confidencialidade. O titular tem, porém, o direito de se opor ao envio das comunicações ou ofertas.

A Verlingue, em regra, não trata dados pessoais especiais ou sensíveis, referidos no nº1 do artigo 9º do RGPD.

No entanto, os dados de Saúde podem ser objeto de tratamento quando este se funde em motivos de interesse público, designadamente na medida em que sejam necessários para a formação ou modificação de seguros de contratação obrigatória por lei, sejam recolhidos na gestão e execução destes, particularmente no apoio à regularização de sinistros ou ainda quando o titular tiver dado o seu consentimento ou tome a iniciativa de os tornar públicos.

6. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

Relativamente aos dados pessoais recolhidas e tratados de acordo com a licitude detalhada no ponto 4., a Verlingue confere aos titulares todos os direitos previstos na legislação nacional e europeia, nomeadamente, aqueles consignados no RGPD:

6.1. Direito a ser informado

O titular dos dados tem direito a ser informado de forma concisa, transparente, inteligível, utilizando uma linguagem clara e simples, de todos os seus direitos consignados na lei.

6.2. Direito de acesso

O titular dos dados tem direito a obter da Verlingue toda a informação relativa aos seus dados pessoais nomeadamente no que diz respeito às finalidades do tratamento, às categorias de dados tratados, aos destinatários a quem esses dados serão divulgados, ao seu prazo previsto de conservação, a ser informado sobre a origem dos dados no caso de não terem sido obtidos diretamente e demais informações previstas na lei e no RGPD.

6.3. Direito de retificação

O titular dos dados tem direito de obter por parte da Verlingue, sem demora injustificável, a retificação dos seus dados pessoais inexatos, a partir do momento em que faça uma declaração nesse sentido.

6.4. Direito ao apagamento

O titular dos dados tem direito ao apagamento dos seus dados pessoais desde que eles já não sejam necessários para a finalidade que motivou a sua recolha, no caso de ter retirado o seu consentimento ou de se opor ao seu tratamento, no caso de terem sido tratados de forma ilícita ou para cumprimento de uma obrigação jurídica.

Existem, no entanto, exceções previstas na lei que obstam a esse apagamento, nomeadamente os casos em que está em causa o exercício da liberdade de expressão e de informação, o cumprimento de uma obrigação legal ou defesa judicial que exija o seu tratamento, motivos de interesse público no domínio da saúde pública, para fins de arquivos de interesse público, investigação científica ou histórica e para fins estatísticos.

6.5. Direito à limitação

O titular dos dados tem direito a solicitar à Verlingue a limitação do tratamento dos seus dados pessoais, nomeadamente nos casos em que conteste a sua exatidão ou os dados já não sejam necessários para fins de tratamento.

Tal direito poderá não ser concedido no caso em que esteja em causa o cumprimento de uma obrigação legal ou exercício de um direito num processo judicial.

6.6. Direito de portabilidade

Nos casos previstos na lei, o titular dos dados tem direito de receber os dados que lhe digam respeito e que tenha fornecido à Verlingue num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática.

Tem ainda o direito a solicitar que essa informação seja transmitida diretamente a outro responsável pelo tratamento, desde que tal seja tecnicamente possível.

6.7. Direito de oposição

O titular dos dados tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais por motivos relacionados com a sua situação particular, incluindo a definição de perfis e a comercialização directa, ficando a Verlingue obrigada a cessar esse tratamento, a não ser que prevaleçam tratamentos de interesse público ou existam razões imperiosas e legítimas, ou defesa de um direito num processo judicial.

7. EXERCÍCIO DOS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

Para a obtenção de qualquer esclarecimento adicional ou para o exercício de qualquer direito previsto na lei, nacional ou europeia, sobre proteção de dados, os titulares dos dados podem recorrer ou consultar o encarregado de proteção de dados, abaixo identificado.

Diretor Coordenador e DPO

José Augusto Guedes Rodrigues

Número de telefone: 220 027 736;

Endereço de e-mail: jose.rodrigues@Verlingue.pt;

Morada: Rua do Campo Alegre, 1306 C 4150-174 Porto

Tem também o direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo. Em Portugal a autoridade de controlo é a Comissão Nacional de Proteção de Dados. Para mais informações aceda a: www.cnpd.pt.

8. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A presente Política de Privacidade poderá ser objeto de alteração periódica, mediante publicação no website da Verlingue (www.verlingue.pt).

Quaisquer alterações de carácter significativo serão comunicadas com o grau de publicidade correspondente à sua relevância, seja mediante destaque na publicação online, seja, caso se justifique, mediante comunicação individualizada aos titulares dos dados.

Actualização de Junho 2021